

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do Banco Topázio S.A. relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2014. Encerramos o exercício com crescimento na carteira de crédito, em grande parte devido à expansão da oferta de CDCi. Embora o resultado do exercício de 2014 tenha sido negativo, projetamos alterações na operação da instituição que acreditamos serem capazes de promover a melhoria do resultado e o crescimento das carteiras. Em 2014 os aumentos de capital que totalizaram R\$ 9,4 milhões, elevando o capital social do Banco de R\$ 40,3 milhões para R\$ 49,7 milhões. Em consonância com os planos da instituição, em janeiro de 2015 foi aprovado pela Diretoria um aumento de capital de R\$ 17,5 milhões, homologado pelo BACEN em fevereiro deste ano.

Controle Interno e Compliance - O sistema de Controles Internos constituiu-se em um conjunto de atividades estabelecidas pela Alta Administração, envolvendo todos os níveis hierárquicos da Instituição, com a finalidade de assegurar a aderência de todos os níveis de negócios às leis e regulamentos aplicáveis e às boas práticas de governança corporativa. Instituiu-se metodologia direcionada a proteção de seus ativos, de modo a atender à

Resolução 2.554/1998 e correlatas, nas diversas áreas do Banco Topázio.

Ouidoria - Com a filosofia de dar voz aos clientes e usuários dos produtos e serviços, o Banco Topázio S.A. disponibiliza este canal de comunicação, que contribui para aprimorar as relações entre a Instituição e seus usuários, com pilares na transparência, sigilo e confidencialidade no seu relacionamento, em observância às normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor de modo a atender o previsto na Resolução CMN nº 3.849/2010. Os canais de ouvidoria estão disponíveis em www.bancotopazio.com.br.

Gestão de Riscos - A estrutura é composta pelo Comitê de Riscos, Comitê de Tesouraria e Superintendência de Controles e sob a sua supervisão um corpo técnico responsável pelo monitoramento dos riscos conforme metodologia apresentada na sequência. O **Gerenciamento de Capital** consiste, em consonância às estratégias do Banco, da construção de cenários normais e estressados determinantes na realização de ações preventivas à insuflência de capital. No **Risco de Mercado** utiliza-se como metodologia de monitoramento o *Value at Risk* (VaR), além da realização de testes de estresse

simulando a situação da carteira em situações atípicas de mercado. No **Risco de Crédito** além do constante desenvolvimento nos processos de cadastro e análise para a concessão de crédito, a gestão utiliza-se do monitoramento de diversos indicadores, além da exigência de capital regulatório. A gestão do **Risco de Liquidez** consiste no monitoramento do fluxo de caixa diário, projetado para um horizonte de um ano. Através do Comitê de Tesouraria, grupo contando com a participação de técnicos das áreas financeira e de riscos, são analisadas e definidas estratégias para a gestão da liquidez. O **Risco Operacional** é monitorado através de uma base de perdas operacionais, a estrutura conta também com uma área dedicada a aperfeiçoar os processos do Banco. Por fim a Gestão de Riscos é responsável pela apuração dos limites operacionais determinados pelo BACEN, como o **Índice de Basileia**, buscando o equilíbrio entre as exposições aos riscos e a lucratividade, sempre em conformidade com a legislação vigente. Maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de riscos estão disponíveis em www.bancotopazio.com.br.

Porto Alegre (RS), 25 de março de 2015.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)			
	2014	2013	
Ativo			Passivo
Circulante	360.872	252.338	Circulante
Disponibilidades (Nota 4)	5.945	6.063	Depósitos
Aplicações interfinanceiras de liquidez	102.423	26.853	Depósitos à vista
Aplicações no mercado aberto (Nota 4)	102.423	24.111	Depósitos interfinanceiros (Nota 11)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	2.742	Depósitos a prazo (Nota 11)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	32.687	29.506	Captações no mercado aberto
Carteira própria	31.510	28.875	Carteira própria
Vinculados a compromissos de recompra	-	631	Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 11)
Vinculados a prestação de garantias	1.177	-	Letras Financeiras
Relações interfinanceiras	119	2.799	Relações interdependências
Depósitos vinculados ao Banco Central	106	64	Recursos em trânsito de terceiros
Correspondentes	13	2.735	Outras obrigações
Operações de crédito (Nota 6)	117.525	106.491	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados
Setor privado	142.216	127.002	Carteira de câmbio
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.691)	(20.511)	Fiscais e previdenciárias
Outros créditos	95.696	79.307	Diversas (Nota 12)
Diversos (Nota 7)	95.696	79.307	Não circulante
Outros valores e bens	6.477	1.319	Depósitos
Despesas antecipadas (Nota 8)	6.477	1.319	Depósitos interfinanceiros (Nota 11)
Realizável a longo prazo	23.569	29.266	Depósitos a prazo (Nota 11)
Operações de crédito (Nota 6)	10.503	25.285	Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 11)
Setor privado	12.631	29.548	Letras Financeiras
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.128)	(4.263)	Patrimônio líquido (Nota 14)
Outros créditos	12.629	2.754	Capital
Diversos (Nota 7)	12.629	2.754	De domiciliados no País
Outros valores e bens	437	1.227	Capital a realizar
Despesas antecipadas (Nota 8)	437	1.227	Ajustes de avaliação patrimonial
Imobilizado de uso (Nota 9)	960	1.206	Prejuízos acumulados
Outras imobilizações de uso	2.536	2.467	
Depreciações acumuladas	(1.576)	(1.261)	
Intangível (Nota 10)	1.998	2.377	
Ativos intangíveis	3.098	3.193	
Amortização acumulada	(1.100)	(816)	
Diferido (Nota 10)	2.145	2.551	
Gastos de organização e expansão	4.059	4.059	
Amortização acumulada	(1.914)	(1.508)	
Total do ativo	389.544	287.738	Total do passivo e do patrimônio líquido
			389.544
			287.738

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)					
	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2013	27.714	353	6.206	-	34.273
Aumento de capital (Nota 14)	12.600	-	-	-	12.600
Reversão de dividendos propostos	-	-	378	-	378
Prejuízo do exercício	-	-	-	(8.836)	(8.836)
Reversão de reservas	-	(353)	(6.584)	6.937	-
Ajustes ao mercado	-	-	-	(19)	(19)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	40.314	-	-	(19)	(1.899)
Mutações no exercício	12.600	(353)	(6.206)	(19)	(1.899)
Saldos em 01 de janeiro de 2014	40.314	-	-	(19)	(1.899)
Aumento de capital (Nota 14)	9.400	-	-	-	9.400
Prejuízo do exercício	-	-	-	(10.746)	(10.746)
Ajuste ao mercado	-	-	-	(10)	(10)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	49.714	-	-	(29)	(12.645)
Mutações no exercício	9.400	-	-	(10)	(10.746)
Saldos em 01 de julho de 2014	41.714	-	-	(27)	(6.564)
Aumento de capital (Nota 14)	8.000	-	-	-	8.000
Prejuízo do semestre	-	-	-	(6.081)	(6.081)
Ajuste ao mercado	-	-	-	(2)	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	49.714	-	-	(29)	(12.645)
Mutações no semestre	8.000	-	-	(2)	(6.081)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: O Banco Topázio S.A. ("Banco" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituído como Topázio S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 8 de abril de 2005, tornando-se operacional em 1º de março de 2006 e desde 12 de junho de 2009 opera na forma de Banco Múltiplo. O Banco Topázio tem como objeto oferecer serviços e produtos financeiros que atendam às especificidades de cada segmento de cliente utilizando, de forma sinérgica, o potencial da relação financeira com a rede conveniada Good Card, atendendo nichos carentes de crédito. Em linha com novo Plano de Negócios aprovado pela administração do Banco e seu controlador direto em (12/2014), projetamos alterações na operação da instituição que acreditamos serem capazes de promover a melhoria do resultado e o crescimento das carteiras de crédito. O plano contempla ações de curto, médio e longo prazo e estão sendo acompanhadas periodicamente pela alta administração.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/1976, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.041/2009 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25). A aprovação destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 25 de março de 2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis: a) **Auração do resultado:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros. d) **Títulos e valores mobiliários:** Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/2001 do Banco Central do Brasil - BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados e mensurados subsequentemente da seguinte forma: *Títulos para negociação* - são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período classificados como ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento; *Títulos disponíveis para venda* - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; *Títulos mantidos até o vencimento* - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. e) **Operações de crédito:** Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/1999 e nº 2.697/2000. A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. f) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN nº 2.682/1999 e nº 2.697/2000, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. g) **Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes):** Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *pro rata* dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor

	2014	2013
Disponibilidades	5.945	6.063
Aplicações interfinanceiras de liquidez	29.263	7.105
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	73.160	17.006
Letras do Tesouro Nacional - LTN	108.368	30.174
Total de caixa e equivalentes de caixa	-	2.742
Aplicações em Depósitos interfinanceiros	-	2.742
Total	108.368	32.916

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)				
	2º sem. 2014	2014	2º sem. 2013	2013
Receitas da intermediação financeira	32.049	58.171	46.429	
Operações de crédito	22.996	43.933	41.189	
Resultado de operações de câmbio	1.038	2.826	1.337	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8.015	11.412	3.903	
Despesas da intermediação financeira	(38.618)	(70.596)	(50.162)	
Operações de captação no mercado	(19.336)	(32.548)	(19.277)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6 (e))	(19.282)	(38.048)	(30.335)	
Resultado bruto da intermediação financeira	(6.569)	(12.425)	(3.733)	
Receitas/despesas operacionais	(3.425)	(6.728)	(9.578)	
Receitas de prestação de serviços	3.078	4.665	2.304	
Despesas de pessoal	(4.358)	(8.117)	(6.936)	
Despesas administrativas (Nota 15)	(14.220)	(24.333)	(21.992)	
Despesas tributárias	(1.740)	(3.275)	(2.706)	
Outras receitas operacionais (Nota 16)	14.982	27.397	24.536	
Outras despesas operacionais	(1.167)	(3.085)	(5.384)	
Resultado operacional	(9.994)	(19.153)	(13.311)	
Resultado não operacional	(5)	(102)	-	
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(9.999)	(19.255)	(13.311)	
Imposto de renda e contribuição social (Nota 17)	3.918	8.509	4.475	
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.918	8.509	4.475	
Prejuízo do semestre/exercício	(6.081)	(10.746)	(8.836)	
Prejuízo por ação	(0.14)	(0.25)	(0.25)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)				
	2º sem. 2014	2014	2º sem. 2013	2013
Atividades operacionais				
Prejuízo do semestre/exercício	(6.081)	(10.746)	(8.836)	
Ajustes ao resultado do semestre/exercício	19.761	39.127	31.697	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.282	38.048	30.335	
Provisão (reversão) para passivos contingentes	-	(60)	130	
Depreciação e amortização	472	1.035	1.232	
Baixa líquida de imobilizado e intangível	7	104	-	
Lucro líquido ajustado	13.680	28.381	22.861	
Variações nos ativos e passivos	57.261	40.521	(12.843)	
Ajustes de avaliação patrimonial	(2)	(10)	(19)	
Redução (aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez (Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7.850	2.742	(2.591)	
Redução (aumento) em relações interfinanceiras	6	2.680	(1.953)	
(Aumento) em operações de crédito	(22.842)	(34.300)	(22.954)	
(Aumento) em outros créditos	(12.748)	(26.264)	(15.333)	
(Aumento) em outros valores e bens	(3.092)	(4.368)	(950)	
Aumento (redução) em outras obrigações	(2.110)	3.273	(6.037)	
Aumento (redução) em depósitos	84.871	87.620	(42.795)	
Aumento em recursos de letras financeiras	7.034	13.044	108.561	
Aumento (redução) em relações interdependências	17	(86)	105	
Aumento (redução) em obrigações por operações compromissadas	-	(629)	6029	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	70.941	68.902	12.018	
Atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado de uso	(4)	(108)	(244)	
Aplicação no intangível	-	-	(314)	
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos	(4)	(108)	(558)	
Atividades de financiamentos				
Aumento de capital por subscrição	8.000	9.400	12.600	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	8.000	9.400	12.600	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	78.937	78.194	22.060	
Modificação na posição de caixa e equivalente de caixa	29.431	30.174	8.114	
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	108.368	108.368	30.174	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício (Nota 4)	78.937	78.194	22.060	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	78.937	78.194	22.060	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

	2014		2013
	Valor de mercado	Valor de Custo	Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda			
Carteira Própria - LFT	31.510	31.557	28.875
Vinculados a compromissos de recompra - LFT	-	-	631
Vinculados a prestação de garantias	1.177	1.179	-
Total	32.687	32.736	29.506

Os Títulos Públicos Federais possuem vencimento em 01/03/2018 e o valor de mercado foi apurado com base nos preços divulgados pela Anbima. Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado em 31 de dezembro de 2014, de perda no montante de R\$ 49 (R\$ 31 em 2013), foram levados a conta específica do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários de R\$ 20 (R\$ 12 em 2013). Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto. **6. Operações de crédito e títulos a receber:** A carteira de operações de crédito apresenta a seguinte composição:

a) **Composição por tipo de operação:**

	2014			2013		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro	82.591	9.015	91.606	103.573	28.973	132.546
Cartão pessoa física	16.300	219	16.519	19.457	139	19.596
CDC	41.356	2.657	44.013	77	85	162
Consignado	895	740	1.635	559	428	987
Títulos descontados	1.074	-	1.074	3.336	-	3.336



★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

f) As operações renegociadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 montavam R\$ 10.910 (R\$ 32.107 em 2013). g) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi baixado como prejuízo o montante de R\$ 36.003 (R\$ 19.274 em 2013), sendo R\$ 752 (R\$ 789 em 2013) o montante dos créditos recuperados.

7. Outros créditos:

	2014	2013
Circulante		
Emissores a receber (a)	82.370	70.136
Impostos e contribuições a compensar	1.331	1.397
Sociedades ligadas (b)	2.996	340
Depósito judicial	173	138
Adiantamentos e antecipações salariais	21	15
Tributos diferidos (Nota 17)	5.861	7.220
Câmbio	1.983	-
Outros	961	61
Total circulante	95.696	79.307
Não circulante		
Tributos diferidos (Nota 17)	12.629	2.754

a) **Emissores a receber:** Valores a receber oriundos de transações antecipadas à rede de estabelecimentos credenciados à bandeira Good Card. b) **Sociedades ligadas:** Valores a receber da Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios HAAG S.A., oriundos de reembolso de despesas e utilização de cartões em rede de estabelecimentos credenciados à bandeira Good Card, no montante de R\$ 2.682 (R\$ 78 em 2013). Valores a receber da Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Cartões BHOA Ltda. de R\$ 290 (R\$ 250 em 2013). GoodCard Licenciamentos QBUA Ltda., oriundos de reembolso de despesas, no montante de R\$ 24 (R\$ 12 em 2013).

8. Despesas antecipadas:

	2014	2013
Despesas com estruturação de LF	1.173	1.173
Comissões antecipadas	5.120	8
Outros	184	138
Total Circulante	6.477	1.319
Despesas com estruturação de FIDC	-	1.173
Comissões antecipadas	368	4
Outros	69	50
Total não Circulante	437	1.227

9. Imobilizado de uso:

	2014		2013		Taxas anuais depreciação %
	Custo corrigido	Deprec. acumulada	Líquido	Líquido	
Instalações	223	(65)	158	178	10
Móveis e utensílios e instalações	594	(305)	289	327	10
Equipamentos de comunicação	85	(41)	44	52	10
Processamento de dados	1.634	(1.165)	469	649	20
Total	2.536	(1.576)	960	1.206	

10. Intangível e diferido:

	2014		2013		Taxas anuais amortização %
	Custo corrigido	Amort. acumulada	Líquido	Líquido	
Intangível					
Projetos de implantação de produtos	3.006	(1.052)	1.954	2.315	33 e 20
Softwares	92	(48)	44	62	-
Total	3.098	(1.100)	1.998	2.377	

	2014		2013		Taxas anuais amortização %
	Custo corrigido	Amort. acumulada	Líquido	Líquido	
Diferido					
Gastos de organização e expansão	4.059	(1.914)	2.145	2.551	10
Total	4.059	(1.914)	2.145	2.551	

11. Depósitos interfinanceiros, a prazo e recursos de letras financeiras: Os prazos de vencimentos das operações de depósitos interfinanceiros, a prazo e letras financeiras, estão assim segregados:

	A vencer em até 90 dias		A vencer de 91 dias a 360 dias		A vencer a acima de 360 dias		Total Circulante		Total Não Circulante	
Depósitos										
Depósito à vista	9.128	-	-	-	9.128	-				
Depósito a prazo	53.416	39.820	26.561	93.236	26.561					
Depósito interfinanceiro	3.557	366	877	3.923	877					
Total - dezembro 2013	66.101	40.186	27.438	106.287	27.438					
Depósito à vista	3.179	-	-	3.179	-					
Depósito a prazo	82.417	67.866	62.914	150.283	62.914					
Depósito interfinanceiro	3.985	361	623	4.346	623					
Total - dezembro 2014	89.581	68.227	63.537	157.808	63.537					
Letras financeiras	-	-	108.561	-	108.561					
Total - dezembro 2013	-	-	108.561	-	108.561					
Letras financeiras	-	-	121.605	-	121.605					
Total - dezembro 2014	-	-	121.605	-	121.605					

Os depósitos a prazo e interfinanceiros são remunerados em até 120% da taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com vencimentos até fevereiro/2019. As letras financeiras são remuneradas em até 100% do CDI + taxa pré-fixada de até 1,09% a.a., com vencimentos em outubro/2015.

12. Outras obrigações - Diversas:

	2014	2013
Transações a reembolsar (a)	1.930	3.184
Sociedades ligadas (Nota 18)	1.020	644
Provisão para pagamentos (b)	3.007	1.113
Provisão para passivos contingentes (Nota 13)	70	130
Outras	670	266
Total	6.697	5.337

a) **Transações a reembolsar:** Transações a pagar a estabelecimentos credenciados à bandeira Good Card. b) **Provisão para pagamentos:** Valores a pagar de despesas de pessoal e outras despesas administrativas. **13. Passivos contingentes:** A Instituição possui passivos contingentes relativos a processos em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão demonstrados no quadro a seguir:

Natureza	Probabilidade de perda	Quantidade	Valor estimado	Provisão	
				2014	2013
Trabalhista	Provável	1	70	70	130
Trabalhista	Possível	9	364	-	-
Tributária	Possível	2	14	-	-
Cível	Possível	79	4.474	-	-
Total		91	4.922	70	130

As ações de natureza cível são referentes a rescisão de contratos, ações de sustentação de protesto, inexistência de débitos e indenizatórias. **14. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2014, o Capital Social é de R\$ 49.714, representado por 43.581.973 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2013, foi aprovado o aumento de capital social no valor de R\$ 14.000, mediante a emissão de 10.553.300 novas ações ordinárias, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,3266 (um real e trinta e dois centavos) por ação, dos quais R\$ 12.600 foram integralizadas até 30 de junho de 2013 e os R\$ 1.400 foram integralizados em 28 de abril de 2014. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 02 de outubro de 2013. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de agosto de 2014, foi aprovado o aumento de Capital Social no valor de R\$ 8.000, mediante a emissão de 8.260.740 novas ações ordinárias, sem valor nominal, ao preço de R\$ 0,9684 por ação, dos quais R\$ 6.400 foram integralizados no ato e os R\$ 1.600 foram integralizados em 21 de agosto de 2014. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 03 de outubro de 2014. b) **Reservas de lucros:** *Reserva legal:* A absorção dos prejuízos incorridos pela reserva legal ocorreu no exercício de 2013 no montante de R\$ 353. *Reserva estatutária:* Os dividendos mínimos obrigatórios disponibilizados aos acionistas, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 378, foram revertidos e destinados à referida reserva, conforme aprovado pela Administração por meio de Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de abril de 2013. A absorção dos prejuízos incorridos pela reserva estatutária ocorreu no exercício de 2013 no montante de R\$ 6.584.

15. Despesas administrativas:

	2º semestre	Exercício	
		2014	2013
Processamento de dados	5.260	9.033	6.948
Serviços de terceiros	1.142	2.300	3.528
Serviços técnicos especializados	1.872	3.478	4.091
Serviços do sistema financeiro	4.189	5.960	2.683
Comunicações	251	494	676
Aluguéis	381	751	671
Outras despesas administrativas	1.125	2.317	2.795
Total	14.220	24.333	21.392

16. Outras receitas operacionais: Representam, majoritariamente, receitas decorrentes do pagamento antecipado de reembolso de transações de cartões à rede de estabelecimentos, mediante desconto pelo prazo antecipado e recuperação de despesas.

17. Imposto de renda e contribuição social: Os valores de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado foram apurados através do regime de apuração do lucro real em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	2014	2013
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(19.255)	(13.311)
(+) Adições	38.190	30.737
(-) Exclusões	(36.019)	(19.505)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social antes das compensações	(17.084)	(2.079)
IRPJ	5.318	2.797
CSLL	3.191	1.678
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	8.509	4.475
Total do imposto de renda e contribuição social no resultado	8.509	4.475

a) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:**

	Saldo em 31/12/2013		Saldo em 31/12/2014	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Adições temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.910	15.219	(14.402)	10.727
Provisão para passivos contingentes	52	-	(24)	28
Serviços compartilhados	-	50	-	50
Base negativa CSLL	-	2.874	-	2.874
Prejuízo fiscal	-	4.791	-	4.791
Ativo fiscal diferido - Reconhecido no resultado	9.962	22.862	(14.354)	18.470
Ajuste ao valor de mercado - TVM	12	8	-	20
Total	9.974	22.870	(14.354)	18.490

	2014	2013
Até 1 ano	5.861	7.220
Até 2 anos	4.399	705
Até 3 anos	3.044	1.259
Até 4 anos	5.071	733
Até 5 anos	115	57
Total	18.490	9.974

O valor presente dos créditos tributários, descontados pelo custo médio de capital de 14,74% a.a. em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 14.093. Não existem créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2014 e 2013. O saldo existente em 31 de dezembro de 2014 está suportado pelo Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário elaborado pela Administração e aprovado pela Diretoria, o qual considera projeções de resultado e plano de negócios com base na conjuntura atual e cenários futuros das premissas utilizadas nas referidas projeções. b) **Alterações na Legislação Tributária:** Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida

Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pago o lucro ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014. Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013. A Instituição elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 e não optou pela antecipação de seus efeitos, manifestando na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês de agosto, conforme determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB). **18. Transações com partes relacionadas:** a) **Transações e saldos:** As transações com partes relacionadas compreendem, em sua maior parte, depósitos à vista e a prazo efetuados a taxas e condições usuais de mercado:

Ativo	2014					2013		
	Saque e Pague	Embratéc Convênios	Inter-metro	Embratéc Cartões	Eco Frotas	Outras	Total	Total
Outros créditos (a)	-	85.052	-	290	-	24	85.366	70.478
Passivo								
Depósitos à vista	-	1.755	59	6	159	71	2.050	6.356
Depósitos a prazo (b)	-	92.189	9.938	-	2.419	2.571	107.117	98.662
Letras financeiras	-	121.605	-	-	-	-	121.605	108.561
Outros passivos (c)	600	36	75	161	-	148	1.020	644

(a) Outros créditos referem-se a valores a receber de sociedades ligadas oriundos de reembolsos de despesas e valores a receber oriundos de utilização de cartões em rede de estabelecimentos credenciados à bandeira Good Card. (b) Depósitos a prazo referem-se a captações através de CDBs. (c) Outros passivos referem-se a valores a pagar a sociedades ligadas oriundos de reembolsos de transações e serviços prestados. b) **Remuneração da administração:** Os administradores são remunerados na forma de pró-labore pagos via folha de pagamento. O valor total da remuneração no exercício, incluindo gratificações, é apresentado na rubrica "Despesas de pessoal", na demonstração do resultado, no montante de R\$ 1.112 (R\$ 740 em 2013). A Instituição não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. **19. Estrutura de gerenciamento de riscos:** A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão no Banco. Por isso, o Banco conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, que é constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas. **Risco operacional:** Conforme a Resolução nº 3.380/2006, define-se como risco operacional "a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos". A gestão deste risco ocorre a partir das recomendações do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, respeitando os normativos vigentes. **Risco de mercado:** Conforme Resolução nº 3.464/2007, define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. Na gestão deste risco, o Banco utiliza o *Value at Risk (VaR)* para situações normais de mercado, além da realização de testes de estresse simulando situações atípicas de mercado. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez pode ser entendido como a possível incapacidade da Instituição honrar suas obrigações, causadas pela ocorrência de desequilíbrios entre a entrada e saída de recursos no fluxo de caixa. Em atendimento à Resolução nº 4.090/2012, o Banco monitora o fluxo de caixa diário, projetando cenários para o horizonte de um ano. **Risco de crédito:** Conforme a Resolução nº 3.721/2009, define-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Além do constante desenvolvimento nos processos de cadastro e análise para a concessão de crédito, a gestão de risco de crédito utiliza-se do monitoramento de diversos indicadores, além da exigência de capital regulatório. **Gerenciamento de capital:** Conforme Resolução nº 3.988/2011, define-se gerenciamento de capital como um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a instituição está sujeita e do planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. A gestão no Banco consiste na construção de cenários contemplando a evolução projetada para os ativos da Instituição, bem como o resultado esperado em função das receitas e despesas orçadas. Também são construídos cenários estressados identificando necessidades adicionais de capital em razão de quebras das premissas projetadas. **20. Limite operacional (Acordo da Basileia):** Em 31 de dezembro de 2014, o Banco Topázio S.A. encontra-se enquadrado nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 11,95%, o Banco Topázio possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 11% sobre os Ativos Ponderados por Risco (RWA), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013 do CMN e demais normativos complementares. O Patrimônio de Referência do Banco é inteiramente formado pelo capital denominado como de Nível 1, e este por sua vez é inteiramente formado por capital classificado como Capital Principal, deste modo estes indicadores possuem o mesmo valor do Índice de Basileia e portanto acima do mínimo exigido de 5,5% para o Nível 1 e 4,5% para o Capital Principal. O Banco possui PR suficiente para suportar também a exposição referente ao risco de mercado das operações da carteira de não negociação, de acordo com a Circular nº 3.365/2007 do BACEN e demais normativos pertinentes. **21. Eventos Subsequentes:** Em Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de janeiro de 2015, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social do Banco em R\$ 17.500 mediante a emissão e subscrição de 17.479.250 novas ações ordinárias, sem valor nominal, integralizadas pelos acionistas em janeiro de 2015. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 20/02/2015.

A Diretoria

Patrícia Cären da Silveira Andrade - Contadora - CRC/RS 58013/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas do Banco Topázio S.A. Porto Alegre (RS). Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Topázio S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações

financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Topázio S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o

exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a nota 17 (a), que descreve a existência de créditos tributários ativos de R\$ 18.490 mil, reconhecidos com base em projeções financeiras e plano de negócios revisados para 31 de dezembro de 2014 e aprovados pela Administração, que incluem estudo da conjuntura atual e cenários futuros de premissas utilizadas nas referidas projeções. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e planos de negócios na forma como aprovadas pelos órgãos da Administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-RS

Porto Alegre, 25 de março de 2015.